

Maria Helena da Cruz Coelho, *Forais de Montemor-o-Velho*, ed. Câmara Municipal de Montemor-o Velho, 2002, 237 págs.

Nestes últimos anos, têm sido muitas as autarquias a promover a publicação e o estudo dos seus forais, documentos régios de alto interesse e importância para o conhecimento das origens e da história do poder concelhio nacional. Nesta linha, o concelho de Montemor-o Velho, e em particular a Câmara Municipal, editou, em 2002, a obra em apreço, da autoria da Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Presidente do *Curso de Especialização em Assuntos Culturais no âmbito das Autarquias*, ministrado na Faculdade de Letras de Coimbra, e docente da disciplina de *História do Municipalismo português*, o que é, logo, uma garantia incontornável do valor e probidade científica do trabalho.

A apresentação do livro, feita pela própria Autora, realizou-se no dia 8 de Setembro de 2002, nos Paços do Concelho durante a cerimónia solene de comemoração do feriado municipal presidida pelo Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, Dr. José Luís Arnaut.

Montemor-o Velho, território de origens históricas milenares, outrora porto fluvial, próximo de Coimbra, cidade com a qual disputou, muitas vezes, terras e bens, alcançará em 1212, por carta de foral outorgada pela Rainha D. Teresa, o lugar legítimo de concelho. A primeira parte da obra é dedicada, justamente, ao estudo pormenorizado deste documento latino infelizmente só conhecido por cópia do século XIV. Por ele, Montemor, como outras vilas e terras medievais, passa a “usufruir de amplas liberdades e privilégios e de um completo enquadramento administrativo ainda que tais regalias tivessem como contrapartida uma forte carga fiscal...” como salienta a Autora. É, pois, com este foral, que Montemor viverá momentos de progresso e recessão, de guerra e de paz, de crise e de recuperação, durante os séculos XIII, XIV e XV.

Mais tarde, como todos sabemos, começaram a surgir sinais de caducidade dos velhinhos forais dos séculos XII e XIII. Urgia fazer a remodelação das leis, mais propriamente, adaptar as normas gerais às locais. Esta grande empresa, conhecida por *Reforma dos Forais*,

é levada a cabo por D. Manuel, após um imenso trabalho de inquirições que, no final, se consubstanciou na feitura de centenas de livros de pergaminho, traçados em letra caligráfica, a fim de guardarem esse tesouro da memória das terras e das suas gentes.

O Foral Novo de Montemor, datado de 20 de Agosto de 1516, passado em Lisboa, conserva-se, num estado físico admirável. Está, ainda hoje, no lugar “próprio”, os Paços do Concelho.

Maria Helena da Cruz Coelho, à semelhança do que fez com o anterior, estuda-o em profundidade realçando como ele revela, na secura da prosa legislativa, as principais potencialidades económicas, sociais e políticas de Montemor quinhentista. São 39 páginas que a Autora dedica ao estudo dos documentos. A terminar, podemos ler as transcrições, as reproduções fac-similadas e os glossários das duas cartas foraleiras – um trabalho irrepreensível do ponto de vista paleográfico, codicológico e diplomático que contou com a colaboração das Dr.^{as} Dina de Sousa e Sandra Lopes, Técnicas Superiores de Cultura da Câmara de Montemor, no que respeitou sobretudo, às transcrições do Foral Manuelino.

Uma palavra ainda é devida ao trabalho de composição gráfica e impressão realizado pela Casa, sugestiva e apropriadamente, designada Guttenberg, Artes Gráficas, responsável última por um livro que honra os Montemorenses, em particular, e todo o povo português, em geral.

Maria José Azevedo SANTOS